

Acolhimento em serviços de saúde mental: a atuação psicológica na perspectiva levinasiana¹

Reception in mental health services: the psychological work in the levinasian perspective

Hálaf Eusébio dos Reis Pereira², Carlos de Sousa Filho³,
Cristiano de Jesus Andrade⁴, Miria Benincasa⁵

Resumo

Este estudo buscou discutir o acolhimento de psicólogos em Centros de Atenção Psicossocial, a partir do pensamento de Emmanuel Lévinas em sua ética da alteridade. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática em bases de dados em artigos científicos, sendo estabelecido como critério produções publicadas entre os anos de 2010 e 2020, resultando em 13 artigos que dispõem sobre o acolhimento profissional e suas características. Os achados resultaram em distintas concepções acerca do significado do acolher, que envolveram a humanização em relação ao Outro, tida como sensível e responsável. Outro aspecto importante foi o reconhecimento da vinculação afetiva do usuário tanto com o profissional quanto com o serviço oferecido pela unidade, como sendo preponderante para o tratamento. Assim, o vínculo apareceu como constituinte da relação terapêutica e assinalou a humanização do atendimento, bem como viabilizou ultrapassar o olhar focado no sofrimento, para uma atenção responsável com foco nas possibilidades, na resolutividade do sujeito. Em suma, entende-se que o acolhimento se inicia com o processo terapêutico entre profissional e usuário, abertos para estabelecer um vínculo. Portanto, a partir da ética da alteridade, o acolher se descreve como um encontro responsável e sensível entre o Eu e o Outro.

Palavras-chave: Acolhimento psicológico; Análise ética; Serviços de saúde mental.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Código de financiamento: 001.

² Graduando em Psicologia na Faculdade de São Lourenço (FSL - Unisepe), São Lourenço, Minas Gerais, Brasil.

³ Doutorando em Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Professor na Faculdade Unyleya, Brasília, Distrito Federal, Brasil. *E-mail:* csfilho@usp.br

⁴ Doutorando em Psicologia da Saúde na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Professor da Faculdade Pitágoras, Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil.

⁵ Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e da Educação pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. Pesquisadora e Orientadora dos Programas de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Abstract

This study sought to discuss the reception of psychologists in Psychosocial Care Centers based on the thinking of Emmanuel Lévinas in his ethics of alterity. To this end, a systematic review was carried out in databases on scientific articles, being established as a criterion productions published between the years 2010 to 2020, resulting in 13 articles that had professional reception and its characteristics. The findings resulted in different conceptions about the meaning of welcoming that involved, the humanization in relation to the other, considered sensitive and responsible. Another important aspect was the recognition of the user's affective bond with both the professional and the service offered by the unit, as being preponderant for the treatment. Thus, the bond appeared as a constituent of the therapeutic relationship and signaled the humanization of care, as well as making it possible to go beyond the focus on suffering, towards responsible care focused on the possibilities, on the subject's problem-solving ability. In short, it understands that the reception begins with the therapeutic process between professional and user, open to establish a bond. Therefore, from the ethics of alterity, welcoming is described as a responsible and sensitive encounter between the self and the other.

Keywords: Psychological reception; Ethical analysis; Mental health services.

Introdução

Iniciando a reflexão, Freire (2003) descreve a Psicologia como uma ciência a serviço do Outro. Nesse sentido, a ética da alteridade, do encontro face a face com o Outro (temática central deste estudo), pode ser percebida como uma psicologia de acolhimento de outrem. Assim, quem procura o psicólogo é um Outro que, por sua vez, está em interação com vários Outros na família, no trabalho, em torno da sua vida em geral, ou seja, um se relaciona com o Outro, em diferentes contextos. Por conseguinte, a atitude deste profissional sob os pressupostos da ética levinasiana implica numa responsabilização diante do sofrimento do Outro (RESENDE; COSTA, 2018).

Com efeito, pode se dizer que é uma relação intersubjetiva, ou seja, acontece por meio do Eu e o Outro. Assim, ao acolher um usuário de forma ética, o profissional valoriza o mundo de maneira sensível e responsável diante do Outro, tornando a relação humanizada e desinteressada (SOUZA, 2007).

Falar de alteridade se torna possível devido ao filósofo lituano Emmanuel Lévinas, que a partir do conceito de alteridade elabora uma teoria. Assim, para entender seu pensamento, é preciso entender o contexto em que ele vivia e como a sociedade se encontrava na sua época. Em tal

contexto sócio-histórico, vivenciou terrores diante das guerras, principalmente a Segunda Guerra Mundial, em que foi aprisionado pelos nazistas e assistiu à violência contra o homem (BONAMIGO, 2005). Nesse momento, Lévinas contempla a necessidade de buscar a “revalorização do sentido ético do humano e do respeito às diferenças; refletindo sobre a importância do reconhecimento do Outro e convida a todos a assumir uma sociedade plural, fraterna e pacífica” (COSTA; CAETANO, 2014, p. 198).

A ética da alteridade em Lévinas entra como filosofia primeira, anterior à Ontologia, filosofia modelada por ele. Assim, em seu conceito, a ética surge quando um indivíduo se encontra diante do outrem. Que mediante o encontro, desvendam uma responsabilidade mútua. Assim, a sua proposta se apresenta como um método moldado pelo Eu, que se desloca ao diferente. Portanto, a ética para o autor não acontece na unicidade, mas pela proximidade face a face, diante do diferente, o Outro, que a sua filosofia é gerada (LÉVINAS, 1988).

Então, demonstra preocupação para com a noção de Outro e, em sua filosofia de ética, é possível perceber uma relação mais humana, do indivíduo viver socialmente e se responsabilizar não só pelo Outro, mas Outros, e assim romper com as barreiras impostas pelo egoísmo (COSTA; CAETANO, 2014).

Por meio da alteridade, o pensamento ético levinasiano, discute o aspecto mais humano na sociedade, focada no bem do Outro, uma comunidade solidária; assim, a ética da alteridade propõe a valorização do Outro (MENDONÇA; CARDOSO, 2018). Nessa perspectiva de atenção ao Outro, há de se considerar o Sistema Único de Saúde (SUS), o qual dispõe sobre a “promoção e a proteção da saúde”, e enfoca no cuidado individual e familiar, bem como se articulam ações que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de cada pessoa (BRASIL, 2013a, p. 19).

Dentro da proposta de atenção em saúde e em resposta à reforma psiquiátrica brasileira, iniciada na década de 1970, que se opunha ao modelo hospitalocêntrico e aos modos como as pessoas com transtornos mentais eram tratadas, foram constituídos serviços para ir de encontro à clientela de saúde mental, tal como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) (DEVERA; COSTA-ROSA, 2007; MILHOMENS; MARTIN, 2017). Nesse escopo, os Centros de Atenção Psicossocial surgiram como uma resposta de humanização, abrangendo as especialidades de seus indivíduos no local onde se estabeleceram. Sendo assim, pode-se pensar em como estas relações humanas se constituem no cenário desta instituição de saúde, pela ética da alteridade (RIBEIRO, 2004).

Conforme o acolhimento em saúde mental de seus usuários, a alteridade em Lévinas se relaciona com a figura do Outro, em sua sensibilidade, responsabilidade e sem julgamento, assim como sem esperança de nenhum ganho ou recompensa (SANTOS, 2016). Assim, o acolhimento de pessoas no espaço do CAPS configura-se em uma relação intersubjetiva. Da mesma forma, pensa que acolhimento só é sincero e sensível se envolver empatia diante daquele Outro que chega com situações mais vulneráveis, sem fazer distinções do usuário que chega por algum estigma ou preconceito (SOUZA, 2007).

É possível dizer também que o acolhimento inicial, por diversas vezes, é a “porta de entrada das demandas em saúde mental” (COELHO, 2010, p. 6) dos usuários que vem ao encontro de uma

resposta para seu sofrimento. E, assim, o acolher se apresenta como ações de cuidado, bem como representa o reconhecimento do mundo do Outro e, conseqüentemente, contribui para a efetividade das ações (BRASIL, 2013b). Dessa maneira, Franco, Bueno e Merhy (1999) descrevem o acolhimento como forma de adquirir expressão significativa e se denomina como questão chave no processo de produção em saúde. O que nos leva a compreender que “acolher consiste em produzir uma responsabilização terapêutica promovida nas práticas em saúde, efetivando a universalidade no acesso, humanização na atenção e sua resolutividade” (SCHNEIDER, 2009, p. 82).

Pelo Ministério da Saúde (MS), é elaborada a Política Nacional de Humanização (PNH), que detalha o acolhimento como postura e prática para atenção e gestão das unidades de saúde e, assim, facilita a formação de um vínculo confiante com os usuários. Aliás, esta política, que busca qualidade na atenção em saúde do SUS, evidencia um encontro humanizado, para o qual cada pessoa é reconhecida como legítimo cidadão de direitos. Para tanto, a PNH respeita e aceita as diferenças, além de reconhecer o usuário como o ativo no seu processo de produção de saúde (BRASIL, 2010).

O encontro humanizado, elencado pela PNH, pode ser identificado pelo conceito levinasiano, que revela o rosto o qual se estende a chance de pensar a alteridade na sua prática, dado que se decorre à matéria, se torna concreto, e não se dispõe apenas no campo da subjetividade (MENDONÇA; CARDOSO, 2018). É a partir do rosto que a revelação do mesmo é expressa diante do Outro. Lévinas (1988, p. 173) expõe que:

Outrem permanece infinitamente transcendente, infinitamente estranho, mas o seu rosto, onde se dá a sua epifania e que apela a mim, rompe com o mundo que nos pode ser comum e cujas virtualidades se inscrevem na nossa natureza e que desenvolvemos também na nossa existência.

Destarte, o pensamento do filósofo se caracteriza no encontro do Eu com o Outro e, assim, dispõe a possibilidade da alteridade. Com base

nesse encontro, desdobra-se a possível questão de “pensar uma nova ética com o Outro”, então, a partir da relação de proximidade é possível pensar o Outro (MIRANDA, 2011, p. 176). Almeida e Júnior (2010, p. 338) acreditam “que essa assimetria do face a face produz-se pelo fato de outrem apresentar ao profissional da saúde como rosto, como aquele que extrapola a significação que lhe é atribuída”. Portanto, a alteridade é vista por meio do Outro no rosto, no encontro face a face com outrem.

Coelho (2010) descreve o acolhimento em saúde mental como capaz de contribuir para a formação de vínculo entre profissional e usuário, de forma que a escuta participe e que a relação proporcione a inserção do usuário como coparticipante do seu tratamento, e que esta relação permita a autonomia do usuário como cidadão.

A responsabilidade e a ética caminham juntas, assim, para resgatar a dimensão ética no conceito de Lévinas, que dispõe a entender os envolvidos nas práticas da saúde como indivíduos da responsabilidade pelo outrem, de resposta à sua queixa, e de cuidado com o Outro. (CARVALHO; FREIRE; BOSI, 2009). Para Alves (2013, p. 34) a ética na “relação com o Outro, se funda no princípio da responsabilidade.” Já Santos (2016) defende que o indivíduo apenas irá tornar-se responsável na relação por aquele a que se aproxima, numa condição ética, a partir do primeiro contato com o rosto do Outro, sem que este perceba, naturalmente.

Essa intenção, definida como “responsabilidade para com o Outro”, é possível ser percebida nas práticas de saúde pelos profissionais, ao assumir uma postura de “estar em relação” e de “ser para” o Outro. Para tanto, é preciso uma receptividade para o encontro com o Outro, e que, assim, aprimore o serviço e seja capaz de responder à “exigência por respeito aos sentimentos, escuta de seu sofrimento e acolhimento de sua singularidade, seus desejos, saberes e história de vida.” (CARVALHO; FREIRE; BOSI, 2009, p. 860).

Dessa maneira, o serviço de acolhimento nas práticas de saúde mental, vinculado ao conceito de alteridade, deve partir do princípio do Outro

em uma escuta ética, de maneira responsável e humanizada. Assim, Lévinas (1997), em seu conceito, estabelece o cerne da relação ética que integra cada indivíduo ao seu próximo.

Em consideração ao que foi apresentado, este estudo é elaborado no propósito de discutir as concepções de acolhimento do profissional psicólogo em Centros de Atenção Psicossocial com o conceito de alteridade a partir da ética em Lévinas. Para isso, procurou por meio da literatura: investigar os sentidos presentes na relação terapêutica, durante o acolhimento em saúde mental realizada por psicólogos; identificar os pressupostos éticos que embasam a atuação de psicólogos em uma situação de acolhimento, no Centro de Atenção Psicossocial; descrever as práticas de acolhimento de psicólogos em Centros de Atenção Psicossocial, apresentadas na literatura científica; e, por fim, articular os dados obtidos sobre a percepção do acolhimento do profissional com os conceitos da ética da alteridade.

Método

Para se chegar ao objetivo pretendido pelo estudo, esta proposta foi delimitada como pesquisa bibliográfica, pois colabora para que o pesquisador se aproxime diretamente de todos os trabalhos do tema e possibilite um novo olhar sobre o que já foi pesquisado, produzindo resultados inovadores.

Nesse sentido, o estudo valeu-se da revisão sistemática, em virtude de carregar uma metodologia abrangente e poder ser replicável; assim, torna uma investigação menos dispendiosa e imparcial. Além disso, a pesquisa foi elaborada como possibilidade para analisar o fenômeno, se valendo de experiências que já são existentes no campo científico. Buscou-se diminuir o viés com o uso de metodologia transparente e produzindo uma pesquisa bibliográfica extensiva e que avalia teoricamente cada estudo. Portanto, se elaborou o problema a ser investigado seguindo a ideia de expor questões acerca do acolhimento em saúde mental, por meio do conceito de Lévinas sobre alteridade. Para tanto, foram seguidos os passos de: elaboração dos

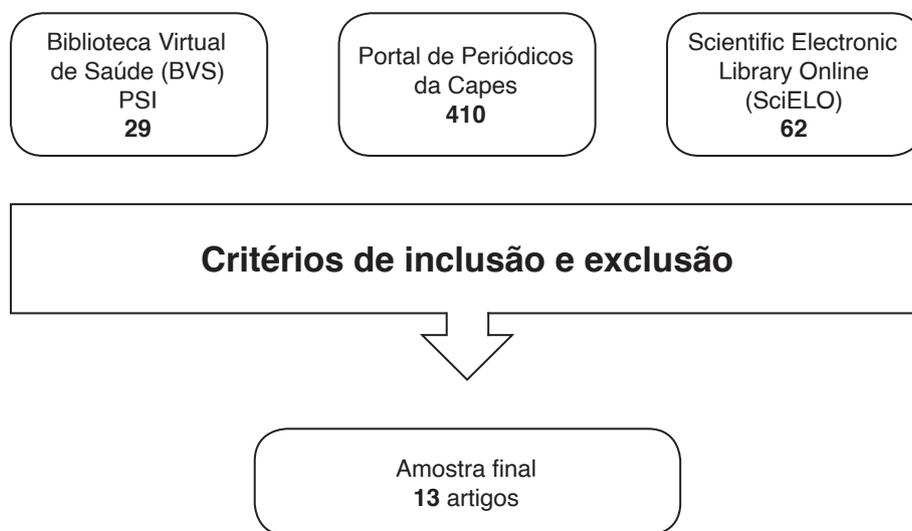
critérios para inclusão e exclusão dos artigos; definição da coleta de informações a serem encontradas nos estudos e organização dos mesmos; avaliação das características dos estudos; coleta dos dados, síntese e supervisão da evidência; e, por fim, a divulgação dos resultados na publicação (DONATO; DONATO, 2019).

Foram realizadas buscas em três bases de dados, sendo estas: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) - PSI, Portal de Periódicos da Capes e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para se chegar à temática do estudo, foram utilizadas palavras-chave como “psicologia”, “saúde

mental”, “acolhimento” e “CAPS”, utilizando o operador booleano “and”.

Como critério de inclusão, foram escolhidas publicações entre os anos de 2010 e 2020, na justificativa de delimitar o estudo com a literatura mais atual possível. Ainda, as publicações deveriam estar disponibilizadas por completo na língua portuguesa. Publicações que se repetiam em bases de dados foram eliminadas, mantendo apenas um dos artigos. A partir da pesquisa, foi realizada uma seleção nas publicações por meio de resumos e obtidos 13 artigos dentro dos critérios de inclusão, como podem ser observadas na Figura 1.

Figura 1 - Processo de busca para coleta da amostra.



Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Na análise dos 13 artigos organizados na amostra final, verificou-se que foram elaborados por pesquisadores de três áreas: oito de Psicologia, dois de Terapia Ocupacional e um de Medicina. Relacionados aos anos de publicação, os artigos se dividem em: um em 2011, um em 2012, um em 2013, dois em 2017, três em 2018, um em 2019 e dois em 2020. Quanto à relação unidade CAPS, se distribuem da seguinte maneira: um sobre CAPS I, um sobre CAPS i, dois sobre CAPS adulto, um sobre CAPS II, um sobre CAPS III, três sobre CAPS Ad, um sobre CAPS III e CAPS i e um sobre CAPS II e CAPS Ad.

A relação dos artigos que foram utilizados na pesquisa, no tocante ao tempo, encontra-se entre 2010 e 2020. Outros artigos foram utilizados no trabalho em função da associação com o assunto sobre acolhimento, na intenção de correlacionar com aspectos específicos da ética da alteridade levinasiana: Lévinas (1988, 1997); Sadala (1999); Freire (2003); Souza (2007); Carvalho, Bosi e Freire (2008); Carvalho, Freire e Bosi (2009); Schmidt e Figueiredo (2009); Brasil (2010); Jorge *et al.* (2011); Santos (2016); Paula (2017); Habowski, Conte e Jacobi (2018); Resende e Costa (2018); Santos *et al.* (2018) e Zanon (2020).

Resultados e discussão

Pelo processo de escolha da amostra, visando os objetivos da pesquisa, se tornou capaz de alcançar informações que ajudaram na organização e elaboração das categorias de análise, para entender o pensamento de Lévinas sobre a ética da alteridade na proposta de acolhimento dos usuários com os profissionais. Portanto, as categorias obtidas se apresentam como: “em busca de uma definição de acolhimento”, “a construção do vínculo no acolhimento ao Outro” e “a relação terapêutica: um encontro com o Outro para além do olhar clássico”.

Em busca de uma definição de acolhimento

Buscando favorecer a compreensão do leitor, inicialmente, Constantinidis, Cid, Santana e Renó (2018) apontam o acolhimento como aquele momento que se realiza na chegada para organizar as demandas, observar as necessidades do usuário e que faz parte do processo do tratamento de cada indivíduo. Enquanto isso, Salles e Silva (2017) descrevem o acolhimento como uma maneira de proporcionar qualidade no atendimento, além de oferecer e resolver as demandas que pertencem a cada âmbito, e se preciso encaminhar para outros serviços, se necessário, e assegurar a fluidez da rede de atendimento aos usuários. Desse modo, a qualificação do atendimento tem a oportunidade de garantir a aceitação do indivíduo ao tratamento, pois influencia na movimentação de usuários que continuará por desejo próprio no serviço e, assim, propiciar o protagonismo do usuário ao seu tratamento.

Em contrapartida, alguns profissionais não colocam o usuário como centro de cuidado no acolhimento, uma vez que, desde a Portaria 336, de 19 de fevereiro de 2002, com a regulamentação para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial, alguns profissionais consideram como imposição jurídica em relação à prática do serviço. Assim, tais profissionais se percebem na obrigação de manter a porta aberta para o usuário se assegurar de, no mínimo, uma escuta inicial

diante da demanda, ou seja, profissionais sentiam-se enrijecidos ao antigo modelo hospitalocêntrico e expressavam resistência ao novo modelo psicossocial substitutivo (ARAÚJO; TANAKA, 2012). Lacerda e Fuentes-Rojas (2016) descrevem que o CAPS é uma instituição de campo psicológico e social, que recebe significado de acolhimento, visto que os usuários definem como um lugar capaz de buscar forças para persistir, além da disposição de pessoas para ouvirem e colaborarem em suas necessidades. E que mantêm as portas abertas para acolher as demandas dos usuários sempre e quando precisarem.

Jorge *et al.* (2011) relatam que o acolhimento, o primeiro contato, é como um dispositivo capaz de realizar o cuidado integral ao usuário, ou seja, o indivíduo em sua integralidade além do diagnóstico. Tal concepção de cuidado, associada ao atendimento inicial, estaria ligada à multiplicidade de profissionais que se empenham na humanização, que compreendem o indivíduo como um todo. No pensamento levinasiano, o agir ético é proposicional ao respeito e à integralidade humana do encontro do Eu com o Outro, assim dizendo. No acolhimento como porta de entrada ao usuário de forma ética, o profissional valoriza o mundo de maneira sensível e responsável em relação ao Outro, tornando a relação humanizada e desinteressada, em busca de alcançar a ética da alteridade (SOUZA, 2007; SANTOS *et al.* 2018).

Ballarin *et al.* (2011, p. 609) apontam que o acolhimento é uma atitude referente à “[...] humanização, escuta qualificada e responsabilização pelas necessidades de saúde do usuário”. Assim, o acolhimento se compreende em propor melhorias nas relações em ofertar o serviço aos usuários; dessa maneira, o acolher pode ser expresso como necessidade de possibilitar diante do Outro um cuidado humanizado, necessita que seja responsabilidade da equipe em saúde mental projetar ambientes que consigam disponibilizar a escuta qualificada (BARROS; JORGE; VASCONCELOS, 2013).

Destarte, essa prática pode ser considerada consoante à potencialidade de produção de cuidado, que conduz o usuário como protagonista na

produção do seu projeto terapêutico. Com isso, o acolhimento se torna um ambiente de produção de saúde, que valoriza o usuário em sua integralidade, e, assim, visa oferecer um serviço adequado e acolhedor diante das necessidades dos indivíduos (FOSSI; REINHEIMER, 2019).

Paula (2017) aponta ser característico do ser humano o sair de si para se encontrar com o Outro, a capacidade da pessoa de articular-se com o Outro, considerando a realização de si mesmo. E, além disso, o reconhecimento do Outro enquanto Outro (alteridade) é destacado como uma maneira de se humanizar. Desta forma, o rompimento dessas relações implicaria em uma desumanização da pessoa. Ainda, para resgatar a dimensão ética no conceito de Lévinas, se propõe a entender os envolvidos nas práticas da saúde como indivíduos da responsabilidade pelo Outro, de resposta à sua queixa, e de cuidado para com outrem (CARVALHO; FREIRE; BOSI, 2009).

Em alguns casos, o acolhimento se confunde com triagem, o que modifica consideravelmente a prática e impossibilita o seguimento do acolher, pois é uma modalidade específica, voltada para a avaliação seguida de encaminhamento. Nesse aspecto, pode inibir a fala, o que dificulta a construção de vínculos com os sujeitos, fato este que pode estar ligado à pequena quantidade de capital humano para realizar o acolhimento, o que torna mais ágil os atendimentos (ARAÚJO; TANAKA, 2012; SALLES; SILVA, 2017). Dessa maneira, é fundamental que os profissionais entendam e se apropriem da importância do acolhimento e, assim, saibam como diferenciar o que é um acolhimento ou o que é uma triagem (JORGE *et al.* 2011).

Carvalho, Bosi e Freire (2008) discutem a respeito da ética do cuidado se expressar por meio da escuta atenta, que vai além da escuta geral, de acordo com a atuação profissional para responder à necessidade do outrem de modo singular em seu existir. Freire (2003, p. 14) ainda destaca sobre se dispor à escuta do Outro de forma a responder a ele, diante do seu sofrimento, se responsabilizando por ele, pelo seu sofrimento e angústia. O serviço por outrem, portanto, é o que se anseia por aquele que

trabalha no “serviço de psicologia”. Oferecer um lugar para o Outro – lugar este que desde sempre já seria dele –, abrindo portas e janelas para sua visitação, oferecendo o melhor para que ele possa renovar-se para retomar suas dores no mundo.

No conceito de Lévinas, portanto, o indivíduo se coloca ao encontro do Outro como finalidade de acolhê-lo como fundamento da origem da alteridade. O que revela que o profissional se desnuda de si para se colocar frente ao Outro face a face, compreendendo uma abertura em responsabilizar e acolher esse Outro, algo que poderá ser melhor compreendido nesse processo de aproximação, em que haverá a possibilidade da constituição do vínculo (LÉVINAS, 1988).

Desta maneira, a temática “vincularidade” será aprofundada sequencialmente, já que se faz fundamental para esta reflexão.

A construção do vínculo no acolhimento ao Outro

Frente ao que até aqui foi apresentado, verifica-se que a aceitação para o acompanhamento inicia com o acolhimento do usuário que proporciona sua adesão ao tratamento, o que gera a abertura ao vínculo; assim, surge com o primeiro atendimento a relação do profissional, que apresenta os espaços institucionais e algumas possibilidades de trafegar por eles ao sujeito (SALLES; SILVA, 2017).

Para a construção do vínculo é preciso assumir uma atitude ética, que presume romper com questões de ordem moral, o que é fundamental para nascer no usuário a afeição de ser acolhido, quando o profissional se depara com o usuário em sofrimento, o que fortalece a construir o vínculo. Além disso, o vínculo promove uma humanização do cuidado nas práticas do serviço terapêutico (MOREIRA; TORRENTÉ; JUCÁ, 2018). Por meio da ética, a relação de cuidado é pensada para a atuação e práticas em saúde mental, a partir das quais o conceito levinasiano pode ser uma estratégia no cuidado da relação com o Outro que, por sua vez, pode promover o vínculo entre profissional e usuário (RESENDE; COSTA 2018).

Minóia e Minozzo (2015) apresentam uma relevância no vínculo, que contribui para se obter melhorias no tratamento; a vinculação acontece com o profissional que se encontra pronto a acolher a demanda e as necessidades dos indivíduos em serviços como o CAPS. Aprofundando, Salles e Silva (2017) apontam como o momento essencial para a constituição do vínculo à sensibilidade dos profissionais na dimensão do acolher; destacam, assim, um acolhimento mais sensível e uma compreensão do profissional em relação ao usuário. Sadala (1999) reconhece a alteridade como um movimento voltado para a evolução das práticas de saúde, e a sensibilização dos profissionais no acolhimento e na vinculação de acordo com questões éticas.

Machado, Modena e Luz (2020) expressam que os usuários vivem a experiência de interação social a partir do acolhimento, e também no respeito para a formação de vínculos, o que contribui para um significativo motivador da continuidade das pessoas atendidas nos serviços oferecidos. Corroborando, Onocko-Campos e Furtado (2006) destacam a importância de vinculação para com usuários em sofrimento, para assim se responsabilizar diante das demandas de cada indivíduo.

Mediante ao exposto, verifica-se que a vinculação humanizada do usuário e do profissional no acolhimento favorece um estreito laço e engloba uma responsabilização do profissional nas práticas de saúde mental (BALLARIN *et al.* 2011). Assim, Barros Jorge e Vasconcelos (2013) mencionam como imprescindível um acolhimento de cuidado humanizado, como meio de estreitar as relações com o Outro, o que ajuda no processo terapêutico.

Para atender à demanda do usuário no serviço, o profissional proporciona ao indivíduo atenção e cuidado, além de responsabilidade para com o Outro em busca de oferecer possibilidades no caminhar do tratamento (CONSTANTINIDIS *et al.* 2018).

A alteridade na prática pode ser descrita no encontro do usuário e profissional psicólogo no acolhimento, no respeito pelo Outro, em uma escuta atenta, humanizada, capaz de gerar confiança

e estabelecer uma relação de vínculos que ajude no seu tratamento (HABOWSKI; CONTE; JACOBI, 2018).

Em síntese, uma sensibilização no cuidado com o Outro torna-se importante no ponto do desenvolvimento afetivo de vínculo do usuário com o profissional e ao serviço, que relaciona também a anuência ao tratamento. Dessa forma, uma atitude ética, uma escuta atenta e um acolher desinteressado corroboram para a importância da construção de vínculo (CARVALHO; BOSI; FREIRE, 2009; MOREIRA; TORRENTÉ; JUCÁ, 2018).

Uma vez vinculados, torna-se fundamental (re)pensar o modo de relação terapêutica, que se constrói entre o sujeito usuário que busca por atendimento e o psicólogo acolhedor no CAPS.

A relação terapêutica: um encontro com o Outro para além do olhar clássico

Nas relações terapêuticas, constituídas pelo acolhimento e estabelecidas pelo vínculo, percebe-se as diferentes possibilidades de olhar o usuário, do qual é essencial o “olhar desarmado, interessado, sem preconceitos e menos prescritivo pode-se, assim, além de reconhecer os problemas de uma determinada população, reconhecer as potencialidades dela” (FOSSI; REINHEIMER 2019, p. 37). Aprofundando, Constantinidis *et al.* (2018) comentam sobre um cuidado do usuário, na busca de um olhar para além do seu diagnóstico ou sofrimento psíquico, ou de suas questões biológicas (MINÓIA; MINOZZO, 2015).

Assim, Lévinas, na sua ética, busca contribuir para o processo de humanização de cada indivíduo na sociedade, a partir do Outro, pois a alteridade é compreendida a partir do Outro. Dessa maneira, entende-se que é por meio do rosto que se efetua a relação com o Outro, pois é no rosto que se encontra a definição da ética da alteridade. Contudo, o rosto é, além da linguagem, expressão. Inclusive, a alteridade coloca uma atitude ética de acolher e aceitar o Outro que difere e, assim, cuidar e respeitar o Outro que chega (LÉVINAS, 1988,1997; ZANON, 2020).

É na proximidade com outrem que o profissional, tocado pela epifania do rosto, compreende a existência da infinitude na relação, capta que na área de conhecimentos não existem respostas prontas inseridas no rosto. A partir da realidade consciente desse fato já se pode deparar ao serviço do Outro. Entende-se que, a partir desse momento, o profissional empregará entendimento e ferramentas ao serviço desse outrem (ALMEIDA; JÚNIOR, 2010). Confirmando, Lévinas (1988, 1997) retrata que o rosto tem a habilidade de expressar e refletir diversas situações e emoções; é interpelativo, que pode estabelecer uma conexão por meio da linguagem; assim, revela significado e não se coloca na situação de objeto, já que o rosto conversa, questiona, aproxima-se, clama e ainda responde. Em vista disso, compreende-se que é a partir do olhar do usuário que se atrai pelo olhar do profissional e se manifesta, e responde mediante a epifania de seu rosto.

Santos (2016) salienta que o indivíduo apenas irá tornar-se responsável na relação por aquele a que se aproxima numa condição ética a partir do primeiro contato com o rosto do Outro, sem que este perceba, naturalmente. Isto é, o usuário se mostra como um rosto, que em sua epifania direciona o profissional a uma atitude ética, dado que este solicita ao profissional a ser responsável dele (LÉVINAS, 1988). Assim, com base na relação profissional e usuário, busca-se despertar a ética a partir da responsabilização face a face, frente a Outro, nas propostas em assumir medidas de saúde humanizada que considere o cuidado e colaboração de profissionais, usuários, família e comunidade, que vise seu protagonismo na busca de alcançar autonomia e autodeterminação. Cabe então salientar, ainda, que na atitude de ser responsável em relação ao Outro, tanto usuário e profissional quanto usuário e familiares, compreende-se a possibilidade de uma ética de cuidado; assim faz com que o Outro se torne protagonista de sua história e identidade (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2010; ZANON, 2020).

Portanto, percebe que a ética da alteridade levinasiana se relaciona com o acolher nas práticas

de acolhimento em saúde mental, que vê o Outro além do seu sofrimento, acolhendo por meio da humanização, com práticas que colaborem para construção do vínculo e valorizem o sujeito sob uma perspectiva ética, além de viabilizarem o cuidado e a responsabilidade, com uma escuta qualificada, atenta e sensível (FREIRE, 2003; CARVALHO; BOSI; FREIRE, 2009; SCHMIDT; FIGUEIREDO, 2009; HABOWSKI; CONTE; JACOBI, 2018).

Em suma, o olhar viabiliza uma leitura oportuna do sofrimento exposto pelo usuário, que constitui uma relação vincular entre profissional e usuário e, por sua vez, favorece a relação terapêutica e o prosseguimento do tratamento (MOREIRA; TORRENTÉ; JUCÁ, 2018; FOSSI; REINHEIMER, 2019).

Considerações finais

Retomando a proposta principal do artigo, qual seja, discutir o acolhimento realizado por psicólogos em serviços de saúde mental na perspectiva da ética da alteridade levinasiana, verifica-se que os achados se manifestam como uma provocação a um entendimento mais abrangente e denso das práticas desenvolvidas por estes profissionais neste *lócus*. Em consequente, mais que porta de entrada para o serviço, com sua atuação, o profissional psicólogo pode vir a promover a (re)construção de sujeitos ético-políticos, a partir da dimensão da escuta ética no acolhimento para com o Outro. Isso indica que o usuário dos serviços de saúde mental, logo no primeiro encontro, se escutado genuinamente, pode encontrar por si só um lugar para ocupar como sendo o Outro ou, em outras palavras, tornar-se dono de sua existência de modo singular e verdadeiro. É acolhimento norteador pela alteridade, que poderá ser capaz de favorecer que, ao seu modo, o mesmo possa assumir-se como um ser social e não apenas como um paciente acolhido em serviço de saúde mental.

Na revisão de literatura, de maneira geral vislumbra-se que os artigos expressam sua definição de acolhimento fundado no tema da humanização, cuidado e na vinculação com o usuário,

contribuindo para um melhor desenvolvimento de seu tratamento, o que é visto como um fator positivo. No entanto, uma limitação se evidencia, pois apenas um estudo encontrado debate a diferenciação de triagem e acolhimento, demonstrando a importância de se acolher bem e fazer vínculo com os usuários de serviços em saúde mental. Dessa forma, indica-se uma possível dificuldade por parte dos próprios profissionais em saber separar qual é seu papel na escuta frente ao Outro na hora de triar e qual deve ser sua real função em acolher o Outro que de sua escuta demanda para sua permanência no serviço de saúde mental.

Pensar a alteridade na relação terapêutica também se faz necessário para contribuir com os usuários, no sentido de progredir em busca do protagonismo em suas conquistas singulares, uma vez que, a partir de uma postura norteada pela ética da alteridade, torna-se possível aos profissionais atuantes no acolhimento em serviços de saúde mental, junto àqueles que a eles se achegam, ir além das clássicas atitudes de se avaliar, diagnosticar, emitir relatórios rotulativos sobre o modo de ser e estar do Outro, tomado como um objeto passível de intervenções tecnicistas. Neste caso, o convite que fica ao pensar é que o profissional, ao reconhecer que suspender seu suposto saber, junto ao Outro, lhe oferecendo uma escuta verdadeira, irá configurar uma nova maneira de ser profissional. Isto é, se valendo da alteridade, o mesmo pode se permitir assumir a caracterização de um sujeito ético-político. Sujeito esse que busca refletir constantemente a respeito de suas ações e se deixa afetar pelo Outro, tornando-se mais capaz de dar um lugar para o Outro de fato ser quem é, pois o encontro real entre os dois sujeitos promove o *ethos* necessário à sociabilidade, às relações verdadeiramente humanas e transformadoras de modo mútuo. Neste caso, além de profissionais, considera-se os psicólogos atuantes em serviços de saúde mental também como pessoas; portanto, são humanos, dotados de capacidade de dar ao Outro condições de se resignificar, bem como de também se resignificarem profissionalmente e, por que não, pessoalmente. Assim, com as reflexões ora propostas, acredita-se

que o estudo pode possivelmente levar profissionais da Psicologia a encontrarem caminhos interventivos para além do clássico acolhimento em saúde mental, porquanto se vale de uma abertura proposta na ética da alteridade.

Deste modo, ao resgatar a alteridade levinaiana, manifesta-se uma possibilidade de nomear os atores envolvidos na *práxis* de oferta da saúde como sujeitos da responsabilidade pelo Outro, de responder ao seu apelo, e do cuidado para com ele.

Contudo, torna-se fundamental pontuar que o cuidado aqui apresentado muitas vezes é mal interpretado ou reduzido em sua amplitude, tal como se evidencia em discussões em contextos como o das próprias instituições promotoras de saúde (foco deste texto). Tal redução se observa, sobretudo, quando o cuidado corresponde à assistência e tratamento, ou seja, se circunscreve à sua dimensão técnica, nivelando-o à cura médica e controle dos sintomas. São atitudes que acabam por desmerecer o que atualmente se propõe em saúde mental, já que esta procura oferta uma construção da cidadania dos sujeitos, uma reinserção desses usuários na comunidade ou no território de origem, aumentando sua autonomia e suas interações sociais, sendo estes compreendidos como aspectos fundantes da atenção psicossocial, um dos marcos da reforma psiquiátrica brasileira.

Embora tenha sido possível desenvolver a reflexão até aqui exposta, recomenda-se que mais estudos possam ser realizados em campo, para buscar e compreender de maneira mais profunda a atuação do profissional psicólogo no serviço de acolhimento em saúde mental, com propostas *in loco*. Visto que a temática se apresenta como importante tanto para a comunidade que dela se vale, como para o contexto acadêmico que pode contribuir para seu desenvolvimento. No entanto, nota-se uma ausência de publicações específicas à atenção e cuidado no acolhimento em saúde mental com foco na atuação do profissional psicólogo. Na revisão, foi possível identificar que existe um número expressivo de estudos acerca da temática do acolhimento, porém o foco a eles oferecidos encontra-se em profissionais de outras áreas.

Embora limitações tenham sido encontradas na literatura revisada, este estudo oferece uma importante contribuição para a ciência, bem como aos profissionais que dele se valer, pois pensar as práticas do acolhimento realizado em saúde mental por profissionais da Psicologia, as associando com o conceito ético da alteridade em Lévinas, poderá abrir a possibilidade de psicólogos e psicólogas (re)pensarem suas práticas em serviços de acolhimento em saúde mental. A partir disso, tais profissionais poderão adotar uma nova atitude de interação, de criação, de não conformação aos saberes instituídos e cristalizados, de busca por novos diálogos e, sobretudo, de contínua reflexão crítica sobre seu modo de estar disponível a acolher o Outro, ou seja, o usuário dos serviços de saúde mental.

Referências

- ALMEIDA, D. V.; JÚNIOR, N. R. Ética, alteridade e saúde: o cuidado como compaixão solidária. *Revista Bioethicos*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 337-342, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3wTqPeR>. Acesso em: 29 set. 2021.
- ALVES, M. A. Educação e alteridade: o ensino como acolhimento e responsabilidade ética em Lévinas. *Imagens da Educação*, Maringá, v. 3, n. 2, p. 27-36, 2013. Doi: <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v3i2.20127>. Disponível em: <https://bit.ly/3z3iyrm>. Acesso em: 29 set. 2021.
- ARAUJO, A. K.; TANAKA, O. Y. Avaliação do processo de acolhimento em Saúde Mental na região centro-oeste do município de São Paulo: a relação entre CAPS e UBS em análise. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 16, n. 43, p. 917-928, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000054>. Disponível em: <https://bit.ly/3t5GA0X>. Acesso em: 02 out. 2021.
- CARVALHO, L. B.; FREIRE, J. C.; BOSI, M. L. M. Alteridade radical: implicações para o cuidado em saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, n. 3, p. 849-865, 2009. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300017>. Disponível em: <https://bit.ly/3t5ykhC>. Acesso em: 29 set. 2021.
- BALLARIN, M. L. G. S.; CARVALHO, F. B.; FERIGATO, S. H.; MIRANDA, I. M. S.; MAGALDI, C. C. Centro de atenção psicossocial: convergência entre saúde mental e coletiva. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 4, p. 603-611, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3IU8UPQ>. Acesso em: 02 out. 2021.
- BARROS, M. M. M.; JORGE, M. S. B.; VASCONCELOS, M. G. F. Experiências de famílias com usuários atendidos em dispositivos de atenção psicossocial. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 821-841, 2013. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312013000300009>. Disponível em: <https://bit.ly/3PNhON1>. Acesso em: 02 out. 2021.
- BONAMIGO, G. F. Primeira aproximação à obra de Emmanuel Lévinas. *Síntese: Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 102, p. 77-104, 2005. Doi: <https://doi.org/10.20911/21769389v32n102p77-104/2005>. Disponível em: <https://bit.ly/3NMeiAL>. Acesso em: 29 set. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). *Saúde mental*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a (Cadernos de Atenção Básica, n. 34).
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). *Acolhimento à demanda espontânea*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013b. (Cadernos de Atenção Básica, n. 28).
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. *Acolhimento nas práticas de produção de saúde*. Brasília: Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização, 2010.
- CARVALHO, L. B.; BOSI, M. L. M.; FREIRE, J. C. Dimensão ética do cuidado em saúde mental na rede pública de serviços. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 700-706, 2008. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102008005000033>. Disponível em: <https://bit.ly/3wWCOJQ>. Acesso em: 02 out. 2021.
- CARVALHO, L. B.; FREIRE, J. C.; BOSI, M. L. M. Alteridade radical: implicações para o cuidado em saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, n. 3, p. 849-865, 2009. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300017>. Disponível em: <https://bit.ly/3t5ykhC>. Acesso em: 29 set. 2021.

- COELHO, V. F. *Acolhimento em saúde mental na unidade básica: uma revisão teórica*. 2010. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- CONSTANTINIDIS, T. C.; CID M. F. B.; SANTANA, L. M.; RENÓ, S. R. Concepções de profissionais de saúde mental acerca de atividades terapêuticas em CAPS. *Trends in Psychology*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, p. 911-926, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3GwzBUq>. Doi: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.2-14Pt>. Acesso em: 02 out. 2021.
- COSTA, J. X.; CAETANO, R. F. A concepção de alteridade em Lévinas: caminhos para uma formação mais humana no mundo contemporâneo. *Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade*, Igarapé, v. 3, n. 2, p. 195-210, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3N0GD6p>. Acesso em: 29 set. 2021.
- DEVERA, D.; COSTA-ROSA, A. Marcos históricos da reforma psiquiátrica brasileira. *Revista de Psicologia da Unesp*, Assis, v. 6, n. 1, p. 20-20, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3M0MY00>. Acesso em: 29 set. 2021.
- DONATO, H.; DONATO, M. Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática. *Acta Médica Portuguesa*, Lisboa, v. 32, n. 3, 2019. Doi: <https://doi.org/10.20344/amp.1192>. Disponível em: <https://bit.ly/3PSaPCz>. Acesso em: 30 set. 2021.
- FOSSI, L. B.; REINHEIMER, F. K. Acolhimento coletivo como espaço de cuidado: uma análise das demandas em saúde mental na adolescência. *Revista Psicologia e Saúde*, Campo Grande, v. 11, n. 3, p. 35-48, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v0i0.426>. Disponível em: <https://bit.ly/3PSbzrl>. Acesso em: 02 out. 2021.
- FRANCO, T. B.; BUENO, W. S.; MERHY, E. E. O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 345-353, 1999. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1999000200019>. Disponível em: <https://bit.ly/3IVjTZv>. Acesso em: 29 set. 2021.
- FREIRE, J. C. A psicologia a serviço do outro: ética e cidadania na prática psicológica. *Psicologia: ciência e profissão*, Brasília, v. 23, n. 4, p. 12-15, 2003. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400003>. Disponível em: <https://bit.ly/3wZ6Uei>. Acesso em: 29 set. 2021.
- HABOWSKI, A. C.; CONTE, E.; JACOBI, D. F. Alteridade e educação: um diálogo intersubjetivo pelo viés da diversidade. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 65-79, 2018. Doi: <https://doi.org/10.30715/rbpe.v20.n1.2018.11273>. Disponível em: <https://bit.ly/3t4eymq>. Acesso em: 04 out. 2021.
- JORGE, M. S. B.; PINTO, D. M.; QUINDERÉ, P. H. D.; PINTO, A. G. A.; SOUSA, F. S. P.; CAVALCANTE, C. M. Promoção da Saúde Mental-Tecnologias do Cuidado: vínculo, acolhimento, coresponsabilização e autonomia. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3051-3060, 2011. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800005>. Disponível em: <https://bit.ly/3t5zv0w>. Acesso em: 02 out. 2021.
- LACERDA, C. B.; FUENTES-ROJAS, M. Significados e sentidos atribuídos ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) por seus usuários: um estudo de caso. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 21, n. 61, p. 363-372, 2016. Doi: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0060>. Disponível em: <https://bit.ly/3wYHSNF>. Acesso em: 02 out. 2021.
- LÉVINAS, E. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis (RJ): Vozes; 1997.
- LÉVINAS, E. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MACHADO, A. R.; MODENA, C. M.; LUZ, Z. M. P. O que pessoas que usam drogas buscam em serviços de saúde? Compreensões para além da abstinência. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 24, n. 23, p. 1-15, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1590/Interface.190090>. Disponível em: <https://bit.ly/3wZ7Q2m>. Acesso em: 04 out. 2021.
- MENDONÇA, R. R. S.; CARDOSO, F. S. Alteridade, o outro e a apresentação da noção de subjetividade em Emmanuel Lévinas. *HOLOS*, Natal, v. 3, p. 395-412, 2018. Doi: <https://doi.org/10.15628/holos.2018.5618>. Disponível em: <https://bit.ly/3wZn5tr>. Acesso em: 29 set. 2021.

- MILHOMENS, A. E.; MARTIN, D. Rupturas e transformações na vida de jovens acompanhados em um CAPS adulto. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1105-1123, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000400013>. Disponível em: <https://bit.ly/3NHTGto>. Acesso em: 28 set. 2021.
- MINÓIA, N. P.; MINOZZO, F. Acolhimento em saúde mental: operando mudanças na Atenção Primária à Saúde. *Psicologia: ciência e profissão*, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1340-1349, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001782013>. Disponível em: <https://bit.ly/3NH3CDb>. Acesso em: 04 out. 2021.
- MIRANDA, J. V. A. Sensibilidade ética em Emmanuel Lévinas. *Kínesis: Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia*, Marília, v. 3, n. 6, p. 170-183, 2011. Doi: <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2011.v3n06.4431>. Disponível em: <https://bit.ly/3N2hwa4>. Acesso em: 29 set. 2021.
- MOREIRA, C. P.; TORRENTÉ, M. O. N.; JUCÁ, V. J. S. Análise do processo de acolhimento em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil: considerações de uma investigação etnográfica. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 22, n. 67, p. 1123-1134, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0500>. Disponível em: <https://bit.ly/3wXGvig>. Acesso em: 04 out. 2021.
- ONOCKO-CAMPOS, R. T.; FURTADO, J. P. Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumental metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1053-1062, 2006. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000500018>. Disponível em: <https://bit.ly/3PPY8bi>. Acesso em: 04 out. 2021.
- PAULA, F. J. O ser humano como ser de relações. *Revista Criatividade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2017. Doi: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.CRE.31624>. Disponível em: <https://bit.ly/3LYJ7AW>. Acesso em: 02 out. 2021.
- RESENDE, T. I. M.; COSTA, I. I. Cuidado, ética e convivência em saúde mental: reflexões fenomenológicas. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 226-233, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/38wk7mJ>. Acesso em: 29 set. 2021.
- RIBEIRO, S. L. A criação do centro de atenção psicossocial espaço vivo. *Psicologia: ciência e profissão*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 92-99, 2004. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000300012>. Disponível em: <https://bit.ly/3wYpzXD>. Acesso em: 29 set. 2021.
- SADALA, M. L. A. A alteridade: o outro como critério. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 355-357, 1999. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0080-62341999000400005>. Disponível em: <https://bit.ly/3PJ8AkK>. Acesso em: 04 out. 2021.
- SALLES, D. B.; SILVA, M. L. Percepção de profissionais da área de saúde mental sobre o acolhimento ao usuário de substância psicoativa em CAPS ad. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 25, n. 2, p. 341-349, 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0803>. Disponível em: <https://bit.ly/38ux7Jw>. Acesso em: 02 out. 2021.
- SANTOS, A. R. *Ética da alteridade: cuidado e responsabilidade no encontro com outrem*. 2016. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2016.
- SANTOS, A. B.; SILVA, G. G.; PEREIRA, M. E. R.; BRITO, R. S. Saúde mental, humanização e direitos humanos. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 01-19, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3M3vpMW>. Acesso em: 02 out. 2021.
- SCHMIDT, M. B.; FIGUEIREDO, A. C. Acesso, acolhimento e acompanhamento: três desafios para o cotidiano da clínica em saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 130-140, 2009. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000100009>. Disponível em: <https://bit.ly/3x8z2NH>. Acesso em: 04 out. 2021.
- SCHNEIDER, A. R. A rede de atenção em saúde mental: a importância da interação entre a atenção primária e os serviços de saúde mental. *Ciência & Saúde*, Palmeira das Missões, v. 2, n. 2, p. 78-84, 2009. Doi: <https://doi.org/10.15448/1983-652X.2009.2.4843>. Disponível em: <https://bit.ly/3z6zRHT>. Acesso em: 29 set. 2021.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersectorial, 27 de junho a 1 de julho de 2010*. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2010.

SOUZA, J. T. B. *Ética como metafísica da alteridade em Lévinas*. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ZANON, A. O princípio da alteridade de Lévinas como fundamento para a responsabilidade ética. *Perseitas*, Coimbra, v. 8. p. 75-103, 2020. Doi: <https://doi.org/10.21501/23461780.3489>. Disponível em: <https://bit.ly/3wRp0yW>. Acesso em: 04 out. 2021.

Recebido em: 26 jan. 2022

Aceito em: 26 maio 2022